



HOJE CONSTRUÍMOS O FUTURO

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA
SECTORIAL

PRIMEIRO SUBSCRITOR: HUGO LOPES



JSD DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Preâmbulo

Reflectir, pensar e debater o que queremos para a Sociedade não é tarefa fácil. Quando olhamos à nossa volta, verificamos que há sempre possibilidade de melhorar o que nos rodeia. A impossibilidade de adquirir a perfeição é um dado adquirido, mas a busca incessante por tentar adquiri-la constitui uma obrigação para todos nós.

Olhámos para as escolas e vimos elevadas taxas de abandono e insucesso escolares. Por isso, resolvemos melhorar a Educação! Olhámos para as pessoas e vimos muitas com condições de vida precárias. Por isso, resolvemos melhorar o Bem-Estar Social! Olhámos para o Planeta e vimos níveis de poluição muito acima do admissível. Por isso, resolvemos melhorar o Ambiente! Olhámos para os recursos que temos e vimos que se estão a esgotar. Por isso, resolvemos melhorar a Sustentabilidade! Olhámos para os mais novos, para os idosos e vimos baixa natalidade. Por isso, resolvemos melhorar a demografia! Olhámos para a Sociedade e resolvemos melhorá-la, evolui-la.

Habitamos numa região que apresenta particularidades que trazem verdadeiros desafios ao desenvolvimento da organização dos cuidados de saúde, uma população envelhecida e com baixa renovação geracional, vivendo a grande maioria em três grandes centros habitacionais (Castelo Branco, Fundão e Covilhã) servidos por uma autoestrada (A23) que os aproxima. A restante população vive em zonas de orografia complexa e em muitos casos de difícil acesso.

Por outro lado, temos excelentes oportunidades que poderão permitir um bom suporte ao desenvolvimento da região, mesmo nos aspectos da saúde. A presença de cursos nesta área: Medicina, Ciências Farmacêuticas, Ciências Biomédicas, Enfermagem, Tecnologias da Saúde e muitos outros proporcionam vectores de acompanhamento, investigação, desenvolvimento e planeamento (sediados na UBI e IPCB), para além de serem geradores de profissionais, os mesmos poderão fixar-se mais facilmente na região e serem potenciadores de iniciativas empresariais e de criação de riqueza. E ainda, com o novo quadro comunitário de apoio 2020 há a possibilidade de melhorar as nossas Unidades de Saúde e sabemos também que dentro dos próximos

quinze dias quer a Maternidade quer a Urgência do Hospital Amato Lusitano estarão em condições de funcionar em moldes ainda mais modernos e eficazes.

O reconhecimento e a noção da importância de questões como a educação, o ambiente, a sustentabilidade, o bem-estar social e a demografia no espaço político e social, é já um dado adquirido. No entanto, os desafios que se apresentam à construção de políticas viáveis e sustentáveis são das mais variadas ordens. A moção que aqui se introduz foi construída com base na vontade que temos em construir um caminho coerente com propostas concretas. Sendo uma moção centrada nos sectores chave da sociedade, visa o desenvolvimento da mesma, sem colocar de lado o esforço e a responsabilidade que toda Sociedade Civil tem demonstrado no encabeçamento e na aplicação dos valores basilares da Democracia e das Sociedades Modernas. Pensar a Sociedade não passa apenas pelas considerações básicas ou isoladas dentro de cada um dos seus sectores constituintes. Passa sim, por olhar a cada um desses sectores com sentido crítico, procurar melhorá-los, fomentar o que há de melhor em cada um e relacioná-los. Apresentam-se, na moção, medidas concretas para cada uma das áreas sobre as quais nos debruçámos e cada uma deles é acompanhada com importantes considerações que lhes estão na génese.

Esta é uma moção aberta, pois nunca esquecemos a necessidade de uma constante reflexão e diálogo, tão necessários para a formulação de novas perspectivas para o futuro. Todos são donos do seu futuro e todos têm um papel na sua construção.

Hoje, construimos o Futuro!

Sustentabilidade e Ambiente

Pugnamos por um ordenamento do nosso território mantendo uma forte aposta na Terra e fortalecendo o Mar, tendo em conta o aproveitamento dos recursos endógenos e a valorização dos ecossistemas, elegendo o mar como estratégico. A aposta nas energias renováveis deve ser acentuada e o combate à poluição reforçado.

// 55% de Renováveis no consumo de energia nacional

Assegurar condições para que o consumo de Energias Renováveis, em 2030, atinja, pelo menos, 55% do consumo energético em Portugal. Garantidas estas condições, a nossa dependência em relação a energias exteriores irá diminuir, conseguindo, a longo prazo, uma crescente exportação de energia para os países da União Europeia. Com isto, conseguiremos reduzir significativamente a produção de energia poluente, que tem vindo consecutivamente a diminuir a qualidade de vida no nosso país.

// Mobilidade Eléctrica com Electricidade Verde

O incentivo na mobilidade eléctrica em Portugal deve ser feito com recurso exclusivo à produção de electricidade com origem em fontes renováveis. Potenciar um novo *cluster* de actividade económica, seja na vertente industrial, seja na dos serviços. A sua principal missão é contribuir para uma mobilidade mais sustentável, maximizando as vantagens e integrando harmoniosamente a energia eléctrica, resultante de energias renováveis, no funcionamento e desenvolvimento das cidades.

Pretende-se com este novo paradigma de mobilidade, diminuir as emissões de CO₂, melhorar a qualidade do ar e reduzir a dependência energética do país. A par disto, a aposta na mobilidade eléctrica visa estimular a criação de novos modelos de negócio associados ao *cluster* da mobilidade, bem como potenciar o desenvolvimento tecnológico dos sistemas de gestão de rede, das infraestruturas energéticas e dos componentes automóveis, como baterias, powertrains e materiais mais leves e recicláveis.

// Coimas elevadas à indústria poluente

Aumentar as sanções monetárias às empresas fabris cujos níveis de poluição sejam superiores ao estabelecido por lei. Paralelamente, garantir um aumento na fiscalização às mesmas, com vista a garantir o sucesso do processo. Os actuais preços praticados são irrisórios para estas, muitas das vezes, multinacionais. O proveito económico que lhes advém da prática de facturação poluente é exponencialmente superior às eventuais coimas que tenham que pagar. Uma forma interessante de combater esta discrepância seria cobrar coimas a nível percentual, ao invés de numérico.

Assim, quanto mais a empresa lucrasse com recurso a formas nefastas, mais teria que pagar de coima. O resultado seria uma redução brutal da poluição deste tipo de indústrias.

// Levar o Mar às escolas

Introduzir matérias relacionadas com o Mar nos planos curriculares, para, em articulação com os estabelecimentos de ensino, dinamizar todas as actividades náuticas com vista à difusão do conhecimento do mar. Portugal, tendo a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia tem que apostar e investir no Mar. Essa aposta passa, fundamentalmente, por mostrar às novas gerações qual o caminho a seguir. Promovendo a paixão pelos oceanos aos mais novos, criar-se-ão condições para, a par do desenvolvimento tecnológico e científica, Portugal se tornar numa das maiores potências a nível de exploração marinha.

// Promover activamente a inserção na bolsa de terras de todos os terrenos incultos ou subaproveitados

Com o crescente abandono de terrenos agrícolas, estes poderiam ser aproveitados por quem tem interesse na prática agrícola, sobretudo para quem pretende construir negócios com base na agricultura. A disponibilização destes terrenos, para a bolsa de terras, possibilitaria um aproveitamento dos mesmos e conseqüente reanimação da economia, seja através do fluxo de negócios, seja mesmo através da criação de novos postos de trabalho, que, em locais do interior são cada vez mais diminutos, podendo igualmente dar vida a determinadas localidades cada vez mais desertificadas. Para tal, seria criada uma comissão avaliadora, que iria entrar em contacto com os proprietários desses terrenos, perguntando o porquê de não os utilizarem e se os mesmos estariam à disposição de ser arrendados ou vendidos.

// Reforçar a economia marítima

Criar benefícios fiscais e legais para empresas cujo funcionamento se alicerce em recursos marinhos – sobretudo a nível da actividade piscatória, aproveitando a rede de pescas já existente no país, de modo a melhorá-la e ampliá-la posteriormente, conduzindo a uma maior rentabilidade financeira da nossa subaproveitada área marítima.

// Reforçar o apoio ao desenvolvimento do turismo rural e de montanha

Uma das áreas em franca expansão a nível Mundial é o turismo rural e de montanha. Seria importante criar incentivos no que diz respeito ao apoio de novos projetos nesta área, que possibilitem o crescimento da economia em áreas de fraca densidade populacional. Para levar a bom porto esta proposta, seriam construídos concursos nacionais, de modo a apoiar financeiramente, os melhores concursos que visem combater o êxodo rural, sob uma avaliação e inspeção do Estado.

// Criação de uma comissão avaliadora e de investimento

O investimento na agricultura será potenciador de grandes contributos para a economia portuguesa. Esta Comissão avaliadora e de investimento teria como objetivos primordiais avaliar novos projetos agrícolas, e caso tenham sustentabilidade, apoiar financeiramente os empresários, desde que, os projetos, sejam uma mais-valia, a nível local e até mesmo nacional. Os projectos que arrancassem em zonas prioritárias do país (taxa de desemprego elevada, taxa de envelhecimento elevada-sobretudo no Interior do País) teriam um acréscimo no que diz respeito ao apoio Estatal. Para além dos fins, anteriormente mencionados desta comissão avaliadora, a mesma teria ainda de ir ao terreno acompanhar o desenvolvimento dos projectos, de modo a que muitos projectos não sejam criados apenas com o intuito de receber apoios do Estado sem criarem maisvalias.

// Criação de um Fundo de Limpeza

Ao longo dos anos tem-se vindo a assistir a um aumento notório de incêndios florestais causados por uma má gestão e limpeza das nossas matas. Parte desta falta de tratamento, deve-se a uma tremenda falta de apoio e investimento aos Bombeiros, Protecção Civil e Grupos de Voluntariado, que se têm visto sem meios para tal. Assim, propõe-se a criação de um fundo de limpeza, um investimento anual que seria distribuído durante o Inverno para se proceder à limpeza, durante a Primavera e Verão, das áreas com maior risco de incêndio.

Educação

Nos dias que correm, quando se fala em Educação, há muitas políticas que reconhecemos serem de sucesso, mas há também algumas cuja existência constitui um prejuízo para este sector da Sociedade. As elevadas taxas de insucesso escolar, a insuficiência de recursos e meios para dinamizar e capacitar a comunidade escolar, o forte abandono e insucesso escolares são exemplos de situações que pretendemos erradicar com algumas medidas.

Somos sobretudo uma equipa de causas, que está atenta à realidade educacional dos nossos distrito, mas também a nível Nacional que procura colmatar as falhas encontradas em benefício dos jovens.

// Novas Tecnologias no ensino

Em todos os níveis de ensino, promover oportunidades formativas flexíveis e com modelos de ensino-aprendizagem apoiados em novas tecnologias. Para além das novas tecnologias fornecerem um ambiente de estudo mais rentável e cativante, há ainda muitos jovens que não têm acesso às novas tecnologias em casa. Como tal, esta medida avança com uma firme aposta em duas vertentes: a primeira, que visa melhorar a qualidade do ensino com resultado na diminuição do insucesso escolar; e a segunda, que concede acesso, por parte dos mais desfavorecidos, às novas tecnologias, com claro valor social.

// Aumentar as Bolsas de Estudo por mérito

Aumentar, em 30%, o número de bolsas de estudo atribuídas a alunos com melhor desempenho escolar e a alunos cujos rendimentos familiares não permitem que os mesmos prossigam estudos. Bem sabemos que a JSD foi pioneira na luta a favor de uma atribuição justa das bolsas escolares. Ainda assim, esta atribuição deve ser reforçada de forma a valorizar os melhores alunos e a possibilitar um mais vasto acesso aos estudos superiores.

// Reduzir o financiamento a instituições de ensino privado

Diminuir o financiamento a Institutos de ensino privado, em locais onde o serviço público de Rede Escolar cobre as necessidades da população. A lei é clara e diz que o ensino privado só deve ser devidamente financiado em locais onde a rede pública de escola não cobre as necessidades da população. Ora, em locais onde isso acontece, o financiamento a institutos de ensino privado deve ser reduzido, revertendo esses fundos a favor da escola pública. Esta é uma proposta que visa concentrar recursos no melhoramento do ensino público, não desmerecendo a liberdade que o cidadão comum dispões por optar entre frequentar um instituto de ensino público ou privado.

// Recrutamento menos centralizado de docentes

Reestruturar o modo de recrutamento de docentes, abandonando o mecanismo de recrutamento central nacional, optando por mecanismos centrados nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, de modo a articular os perfis de necessidade das escolas com o perfil dos candidatos. O sistema de recrutamento nacional só deve ser accionado se os recursos locais não forem suficientes para dar resposta às necessidades.

// Identificação das escolas problemáticas

Ao identificar as escolas consideradas problemáticas será possível agir de forma mais eficaz nas mesmas, através de técnicos especializados em áreas de intervenção social. Deste modo, é possível analisar a estrutura da(s) escola(s), dos professores, dos alunos, dos funcionários, as relações e os modos de trabalho dessa(s) mesma(s) escola(s), reestruturando-as com vista ao seu bom funcionamento, com efeito no aumento da produtividade dos discentes que a frequentam.

// Dar mais autonomia às escolas

Cada escola é uma escola. É necessário pois, dar maior autonomia às escolas para funcionarem por si e em consonância com as suas responsabilidades. Mais liberdade é sinónimo de mais responsabilidade. Esta medida deve, por isso, ser acompanhada de mais fiscalização às escolas, no sentido de as encaminhar e garantindo o seu bom funcionamento.

// Mais apoios à investigação em Portugal

Esta é uma área bastante importante para a produção de conhecimento e posterior desenvolvimento do país. É necessário investir na investigação e apoiar, posteriormente, o desenvolvimento dos melhores projectos com vista a entrarem no mercado, bem como premiar monetariamente as melhores investigações anuais em diferentes áreas. Um país que não pára o preço da investigação é um país que não se desenvolve. É com base nessa premissa que surge esta medida. Mais e melhor investimento na investigação garante um retorno com efeito positivo na economia nacional.

// Ajustes nas cargas horárias

Portugal é dos países da Europa em que a carga horária aplicada aos jovens, no que diz respeito à educação, é das maiores. Seria positivo diminuir a carga horária no segundo e terceiro ciclo, pois seria mais rentável tanto para os alunos, como para os professores (dispersão dos alunos após a primeira hora).

// Reforço da Rede Bibliotecária, sobretudo no Interior

Atendendo às necessidades dos jovens do Distrito, necessidades essas constatadas pela equipa da JSD Distrital de Castelo Branco, é importante colmatar as falhas que foram detectadas. Uma das maiores adversidades com que se têm deparado as bibliotecas das escolas é com uma tremenda falta de financiamento para aquisição de livros, tanto escolares como temáticos. Isto significa que existem alunos no distrito que querem ler, estudar, informar-se e, infelizmente, não o conseguem fazer por falta de condições. É necessário criar um fundo de apoio às escolas para terem possibilidade de adquirirem livros.

// Formação Política nas escolas

Não basta que os jovens sejam capazes de se expressar. Mais importante ainda, é que saibam pensar. E sabemos que uma das debilidades mais ostentadas pelas nossas gerações é o desconhecimento ideológico e da história política portuguesa. Combater este problema torna-se fundamental, em alturas em que as taxas de abstenção atingem níveis graves e patológicos.

// Criação de equipas, que visem analisar, estudar e apresentar propostas por um sistema educativo mais eficaz.

O chamado gabinete de avaliação escolar. Pretende-se a criação de equipas, que fiquem responsáveis em cada cidade do país, pelas escolas, averiguando os seus modos de funcionamento, de atuação relativamente a diferentes situações, os problemas e as potencialidades, apresentando relatórios mensais a um gabinete nacional que irá analisar e dar resposta aos problemas mais flagrantes.

// Reformulação das disciplinas de Área de Projeto e de Formação Cívica

Consideramos importante que as disciplinas de Área de Projeto e Formação Cívica sejam reformuladas, sobretudo o seu plano de estudos. A disciplina de Área de Projeto deve incentivar crescentemente os estudantes a desenvolverem projetos à sua escolha, de modo a entrarem para o Ensino Superior mais bem preparados. Por outro lado a disciplina de Formação Cívica deve preparar mais os estudantes para o interesse e participação ativa na sociedade em várias áreas, desde a política às causas sociais, etc.

// Bolsas de Estudo Municipais

Incumbe às autarquias locais que assumam especiais responsabilidades na educação e ensino dos jovens, não podendo as diferenças económicas e sociais, serem factores impeditivos do acesso à educação e à formação. As Bolsas de Estudo para o Ensino Superior e Politécnico a estudantes carenciados, assumem uma importância fundamental. Estas Bolsas, dadas pelas Câmaras Municipais seriam entregues a estudantes carenciados, para a inscrição nas universidades ou politécnicos da região, promovendo assim tanto a fixação como a formação dos nossos jovens.

// Criação de Conselhos Intermunicipais da Juventude

Uma das grandes batalhas da JSD tem sido a implementação e manutenção dos Conselhos Municipais da Juventude. Estes são uma das ferramentas mais importantes para que os jovens se possam fazer ouvir, bem como fiscalizar a governação autárquica, através das associações e juventudes partidárias. Apesar de algumas características distintas, nomeadamente a nível geográfico e populacional, há algumas realidades que

são comuns. Para suprir necessidades, um parecer de uma entidade exterior pode muitas vezes ser benéfico para atingir o bem comum.

// Encurtar as distâncias entre a ciência e a tecnologia, através do Banco de Fomento

Muitas ideias de negócios não vão para a frente devido à intransigência dos bancos em apoiar essas mesmas iniciativas empreendedoras que podem gerar milhões ao país. É necessário existir uma comissão avaliadora de projectos (através de especialistas nas áreas em questão, desde professores a profissionais na área) e averiguar se têm viabilidade ou não, apoiando-os financeiramente.

// Reorganizar o método de escolha dos livros escolares e saídas profissionais, tendo em conta a educação, economia e acessibilidade

Seria benéfico para todos nós se, por um lado, o governo propusesse medidas a fim de reduzir os custos escolares para uma família e por outro orientasse mais os estudantes para saídas profissionais a fim de aplicar estratégias políticas. “Uma família que tenha que comprar todo o material gasta entre 400 a 500 euros” (Confap), assim sendo, seria oportuno neste campo criarem-se plataformas de livros, por agrupamento e sob gestão do próprio, que possam servir alguns (a curto prazo) ou até a maioria (longo prazo), de forma a garantir uma redução de custos às famílias. Estas plataformas teriam de ser resultado de um concurso público às editoras, em que uma comissão anónima de avaliação rotativa de professores avaliaria o manual que teria a relação preço/qualidade mais benéfica, ficando delineado o mesmo manual para 4 a 8 anos, sob o compromisso da editora, em caso de alterações muito relevantes, ter de colocar nessas mesmas plataformas anexos que salvaguardam o que estava inserido nos antigos manuais. Todos os anos o estado comprometia-se a entregar manuais a mais 10% dos alunos portugueses, em que os alunos com maior dificuldade económica ou em apoio especial teriam preferência sobre os restantes e esta situação seria avaliada pelo próprio agrupamento.

Relativamente às saídas profissionais, a realidade do nosso país obriga a que tenhamos cada vez mais profissionais a aumentarem o Produto Interno Bruto. Assim sendo, deviam ser aplicadas medidas direccionadas para o estímulo da economia nacional,

implementando incentivos para a ingresso de cursos ligados à agricultura e indústria,
pois são estas áreas que nos trazem verdadeiro enriquecimento.

Saúde e Bem-Estar Social

Preconizamos um esforço de valorização da prática de estilos de vida saudáveis, de promoção de uma alimentação saudável, de promoção da saúde desde o período pré-natal e a criação de um programa nacional de rastreio oncológico. Defendemos uma flexibilidade laboral adequada à demografia da população, a reformulação da articulação do sistema de segurança social com a sociedade civil e o reforço dos mecanismos que promovam o envelhecimento activo.

// Modelo de Bem-Estar para o Envelhecimento

Incentivar e potenciar as capacidades dos mais novos não pode ser um obstáculo à prestação de cuidados aos mais idosos. Um modelo de bem-estar para o envelhecimento garante a prestação de cuidados às pessoas idosas, em meio comunitário quando o desejarem, aproveitando o seu potencial quando pretendam continuar activas, seja através de um trabalho remunerado ou no exercício de uma actividade em prol da comunidade, sem limitar a sua participação activa na sociedade. O envelhecimento activo é garante de uma sociedade desenvolvida, baseada num teorema social e solidário. É através de medidas que garantem o bem-estar para o envelhecimento que defendemos o direito à vida com dignidade, mesmo (e principalmente) em idades mais avançadas.

// Programa Nacional de Rastreio Oncológico

O diagnóstico precoce de doenças permite uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e poupanças significativas nos cuidados hospitalares, continuados e paliativos. Desenhar programas nacionais de rastreio oncológico dos tumores do pulmão, mama, colo-rectais, ginecológicos, próstata, entre outros, de forma sistemática e abrangente é a forma mais eficaz de garantir uma prevenção célere e eficaz a vários níveis, com efeito numa substancial subida da qualidade de vida e uma redução acentuada nos custos hospitalares associados a estes tipos de tratamento.

// Apostar mais na Prevenção de Doenças

De modo a aliviar as despesas do Estado, relativamente ao Sistema de Saúde, urge apostar cada vez mais em campanhas de sensibilização contra os hábitos de risco, de modo a que seja possível diminuir os casos de doentes nos hospitais, assim como diminuir os gastos com tratamentos dos mesmos. Como foi referido na medida que visa um Programa Nacional de Rastreio Oncológico, o custo da prevenção é substancialmente inferior ao custo de tratamento. Para além disso, a criação de novos hábitos de saúde através da prevenção é uma forma continuada de fomento a mais e melhor saúde para todos, tal como uma maior sensibilização para a vacinação.

// Vincar uma aposta na Saúde Mental

Portugal tem uma das mais elevadas prevalências de doença mental a nível Europeu. Uma percentagem importante das formas mais graves carece de tratamento. É necessário reforçar as campanhas de diagnóstico precoce da patologia mental, em especial das perturbações depressivas, salientando uma estratégia nacional de prevenção ao suicídio. A saúde mental é fulcral para uma harmonia generalizada, que promove firmemente o bem-estar individual do sujeito no seu quotidiano, mas também o de todos aqueles que com ele convivem.

// Melhoria e maior celeridade no acesso aos Cuidados Paliativos

Os cuidados paliativos são essenciais para tratar, cuidar e apoiar de uma forma activa, coordenada e global, doentes na fase terminal de vida. É de extrema relevância que todas as pessoas tenham direito a um final de vida digno. Para isso, é preciso que todos os cidadãos tenham acesso aos cuidados paliativos e que este acesso seja célere, de forma a diminuir o intenso sofrimento dos doentes e promover, tanto quanto possível, a qualidade de vida dos mesmos.

// Revisão e melhoria da organização das urgências e agendas das Consultas Externas

Os doentes que acedem a estas consultas passam, na maioria das vezes, grandes períodos de tempo nas salas de espera, bem como na espera de consultas marcadas sendo que são esmagadoras as situações em que os doentes têm de se ausentar do trabalho durante toda a parte da manhã/tarde ou mesmo durante o dia inteiro. Com

efeito, é de enorme relevância que a forma de organização das agendas das consultas externas seja revista.

// Política de redução dos Sem-Abrigo em Portugal

Mais do que ajudar os sem-abrigo no âmbito da alimentação, é necessário intensificar a constituição de equipas de acompanhamento aos sem-abrigo, realizando um trabalho de “diagnóstico”, tentando saber quais as causas que levaram à situação em que se encontram. É importante recolher o maior número possível de indivíduos nesta situação, tentando colocá-los em habitações sociais e tentando integrá-los no mercado de trabalho.

Demografia

No panorama europeu e mundial, Portugal está confrontado com a emergência de lidar com uma crise demográfica de contornos de tal forma abrangentes que agrava substancialmente a crise económica. A substituição das gerações já não está garantida desde o início dos anos 80 do século XX, mas este facto agudizou-se desde 2011.

Os indicadores de natalidade e de fecundidade relativos a 2013 traduzem uma acentuação do declínio da fecundidade e uma tendência contínua para o adiamento da idade das mulheres ao nascimento dos filhos. O índice sintético de fecundidade atingiu um novo mínimo em 2013, registando-se um decréscimo de 1,28 para 1,21 crianças por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos). Também em 2013, a taxa bruta de natalidade passou para 7,9 nados-vivos por mil habitantes. Em termos líquidos, no último ano, e de acordo com os indicadores produzidos pelo INE, nasceram 82 787 crianças.

A idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho passou de 29,5 para 29,7 anos e a idade média da mulher ao nascimento de um filho, incluindo o primeiro e restantes, também aumentou de 31 para 31,2 anos de idade. A dimensão média das famílias em Portugal é 2,6 pessoas, existindo 2% de agregados de grande dimensão, isto é com mais de 5 pessoas, segundo informação da Pordata em 2014. Em 2013 em Portugal existiam 129,4 pessoas idosas por 100 jovens, valor acima da média europeia (UE-28) que se cifrava, no mesmo ano de referência, em 115,5.

Mas este não é um problema exclusivo de Portugal.

// Apoios à Natalidade

Com uma população cada vez mais envelhecida, e uma Segurança Social cada vez mais endividada, torna-se urgente rejuvenescer o país. Para tal é necessário aumentar os apoios para a natalidade (sempre dentro das possibilidades que o país pode oferecer). Estes apoios devem estar assentes na consciência de que o nascimento de um filho acarreta custos elevados. Os apoios devem ser em quantias monetárias justas e

adequadas para cada caso e devem suprir necessidades de várias ordens, sempre em função do rendimento auferido pelo casal.

// Apoio para reforçar o Interior

Com uma população cada vez mais diminuta e envelhecida, qual será o futuro do Interior? A criação de um banco de apoio ao Interior, visa avaliar casos de fixação nas zonas do Interior, seja através de incentivos a empresas (diminuição de impostos ou apoios financeiros, tendo em conta os resultados obtidos no desenvolvimento do espaço em que ficaram inseridas), a jovens empresários ou a indivíduos que possam migrar (de zonas mais populosas para menos populosas).

// Fomentar o Emprego Jovem

O Emprego Jovem é um problema flagrante na sociedade actual, tendo atingido níveis demasiado elevados. No sentido de reverter esta tendência, há que reforçar uma firme aposta no Programa “Garantia Jovem” e garantir benefícios fiscais a empresas que garantam níveis de empregabilidade jovem superiores a 30% nos seus quadros, em regime contratual. Fomentar, ainda, a criação de Formações nas mais diversas áreas, com vista a capacitar os mais Jovens e impulsioná-los no Mercado de Trabalho.

Desenvolver, ainda, políticas activas de emprego, nomeadamente através de contratação, horário a tempo parcial, contratos de *interim management*. Incentivar os mais novos ao auto-emprego e ao empreendedorismo. Certo é, que mais emprego jovem é também mais estabilidade na vida destes elementos que constituem o futuro da nossa sociedade. Estabilidade essa que comporta todas as condições para um aumento da natalidade.

Emprego, Investimento e Desenvolvimento

Uma equipa visionária e vanguardista como a nossa não podia passar ao lado das dificuldades económicas que o nosso país atravessa, com foco principal nas regiões fora das Grandes Áreas Metropolitanas, situação em que se encontra o distrito de Castelo Branco. Existem, sobretudo, três parâmetros que consideramos de extrema

importância: o combate ao desemprego jovem, a fixação de empresas em Portugal e as condições de trabalho.

// Incentivos às empresas na Contratação de Jovens

O combate ao desemprego parece-nos ter como única solução viável a garantia de condições às empresas para contratarem jovens, sobretudo em busca do primeiro emprego. Tendo em vista a criação destas condições, vimos, em primeiro lugar, propor desde já a implantação de um escalonamento a nível do pagamento de impostos ao Estado. Esta medida destina-se a empresas que contem nos seus quadros com 15% de jovens abaixo de 30 anos de idade. Pretendendo-se assim, fomentar este tipo de acção e beneficiar as empresas que o pratiquem. Verificadas as condições anteriormente descritas, surgiria o escalonamento fiscal, com uma redução percentual no pagamento de impostos ao Estado. Contudo, e tendo em conta o espírito muitas vezes nefasto das grandes corporações, este incentivo seria anulado caso se verificasse o despedimento de quadros já existentes, para substituição por jovens, tendo em vista os benefícios fiscais inerentes.

// Fomentar o Investimento Agrícola

Ainda em matéria de combate ao desemprego jovem, consideramos fundamental fomentar umas das atividades primárias com maior tradição no nosso distrito: a agricultura. Apesar dos esforços inegáveis e benéficos que o Governo tem efectuado para dar apoio aos jovens agricultores, acreditamos que as entidades municipais devem ter um forte papel nestes incentivos, nomeadamente através de um ponto até agora inexplorado: os terrenos baldios. Sendo estes uma das causas principais para o crescente aumento do número de incêndios, devido à falta de tratamento apropriado, bem como de um incentivo à criminalidade, devido à falta de supervisão judiciária a estes terrenos, o trato destes terrenos é, não só útil, como fundamental. Assim, e tendo em conta o crescente número de jovens agricultores com falta de recursos para aquisição de terrenos, propomos que os municípios coloquem a concurso público a utilização destes espaços, durante um período de tempo a definir, aos jovens que assim demonstrarem interesse. As propostas que melhor suprirem as necessidades do concelho serão consideradas como potenciais escolhidas.

// Estabelecer apoios directos ao Associativismo Agrícola

Muitos produtores agrícolas não se encontram associados. Num mercado global que se prima cada vez mais pela qualidade e competitividade este é um problema que requer atenção. Defendemos que se estabeleçam apoios tanto à divulgação, como ao acompanhamento, da qualidade dos produtos, de modo a que os produtos tenham um escoamento cada vez maior.

// Combate à falta de Investimento Económico

Este escasso investimento tem dois principais culpados: a taxação forte e asfixiante da parte do nosso Governo, que impede as empresas em período de experimentação de estarem activas tempo suficiente para um estudo de mercado apropriado, e as linhas de créditos disponibilizadas pela banca, com juros de empréstimo a níveis irrisórios, que desincentivam, desde logo, o empreendedorismo. Enquanto esta última asfixia o investimento de jovens empreendedores, a atitude exageradamente taxativa dos sistemas de governação faz com que as grandes multinacionais ora saiam de Portugal, em busca de mão-de-obra mais barata, ora evitem investir no nosso país, sabendo de antemão os transtornos fiscais pelos quais terão de passar.

Para o combate à falta de investimento estrangeiro em Portugal e para promover a fixação de empresas nacionais no nosso território, pretendemos uma redução da carga fiscal para as empresas que cumpram um de dois requisitos fundamentais: serem empresas exportadoras, onde se procura uma redução na ordem dos 4 pontos percentuais na Taxa Social Única, ou serem empresas em busca de realizar novos investimentos no território nacional, sendo que, neste caso, se pretende uma redução na ordem dos 10 pontos percentuais no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas. Para um investidor/gestor minimamente perspicaz, os benefícios de um novo investimento terão um peso incrível a médio/longo prazo. Uma descida no IRC, o imposto que mais tem asfixiado as empresas portuguesas, não só aliviará as contas dos nossos investidores, como os fará investir para obter este benefício, tendo como consequência a criação de mais postos de trabalho em território nacional.

// Promoção do diálogo entre Produtores Locais

Numa perspectiva mais interna, em relação ao nosso distrito, observamos uma intensa cultura agrícola que em nada tem sido beneficiada por uma competitividade excessiva e nefasta e que tem contribuído para que nenhum grupo agrícola consiga realmente atingir os objectivos que se propôs. Por essa mesma razão, urge fomentar e mediar a criação de associações de produtores locais como as cooperativas, para, usando uma expressão típica do nosso distrito, “se poderem todos sentar à mesa” em busca de um ponto comum de trabalho, benéfico para todos, e que resultará numa organização mais precisa que ajudará a perceber em que quantidades cada produtor deve produzir um certo produto para garantir o seu adequado escoamento para o mercado. O que acontece actualmente é a existência de uma série de produtores pouco visionários, que procuram produzir o máximo de tudo, em máxima quantidade, tentando constantemente atingir o limite das Fronteiras de Possibilidade de Produção, quando o mercado, na verdade, está lotado de determinados produtos. O prejuízo associado à falta de escoamento é notório, faltando por isso uma entidade mediadora, que gere consensos, estuda e garante o melhor para cada produtor.

// Criar apoios fiscais que visem incentivar à produção e posterior consumo de Produtos Nacionais

Apostar cada vez mais no que é nosso será uma mais-valia no futuro. Uma maisvalia em todos os sentidos, pois permitirá gerar riqueza, criar postos de trabalho e equilibrar a balança comercial. Consideramos importante que o Estado apoie os produtores nacionais, de modo a conferir-lhes confiança e estabilidade, podendo, no futuro, levar as empresas nacionais a posicionarem-se no mercado internacional. Realização de campanhas que apelem ao consumo de produtos nacionais e a diminuição de impostos em produtos *Made in Portugal* são passos que poderão ser dados neste longo caminho que se tem de percorrer.

// Reanalisar os altos valores taxados nas auto-estradas

Ao longo dos anos subsequentes à cobrança nas autoestradas, verificou-se uma diminuição clara do fluxo de transportes. O objectivo primordial pelo qual foram construídas as autoestradas (facilitar a mobilidade dos cidadãos) está a ser perdido. Devido ao uso excessivo e passagem de transportes pesados pelas estradas alternativas

às auto-estradas, o estado tem tido maiores gastos na conservação das mesmas, nomeadamente de estradas nacionais (EN), sendo que algumas acabam por ficar em condições desadequadas à circulação de todo o tipo de transportes rodoviários. As EN não são verdadeiras alternativas às auto-estradas, nem (tal como as IP e IC) possuem uma infra-estrutura minimamente comparável às das auto-estradas. O que se propõe é reduzir gradualmente o preço das auto-estradas, de modo a que as receitas anuais permitam auto-sustentar as mesmas. Esta medida ajudará e muito, principalmente as empresas, que necessitam de boas vias de acessibilidade, e não estão em condições para pagar os preços que as mesmas obrigam.

// Constituição de equipas que contactem com empresas estrangeiras de renome, cativando-as a construir pólos de Produção Nacional

Portugal é um país com enorme potencial humano! Potencial esse muito apreciado por empresas de grande dimensão à escala internacional, sendo necessário criar elos de ligação entre a entidade empregadora e os profissionais de que precisam. É uma medida que potencializa as capacidades do capital humano com benefício mútuo.

// Reforma do sistema eleitoral

O actual sistema eleitoral de representação proporcional, ancorado no método da média mais alta de Hondt, que vigora em Portugal (cf. art. 113.º CRP) revela-se insuficiente na manutenção da qualidade da democracia. A confiança dos cidadãos nos partidos políticos e a abstenção eleitoral são um reflexo disso mesmo, situando-se nuns míseros 9% e 65.5%, respectivamente. Só alterando o sistema eleitoral, tornando os deputados mais próximos e mais responsáveis perante os cidadãos, diminuindo o próprio mandato imperativo exercido pelo partido, se pode recuperar essa confiança. Dentro e fora do partido há inúmeras propostas de revisão do sistema eleitoral (por ex.: Moção de Estratégia Global da JSD; Freire, Meirinho e Moreira, 2008; etc.). A Coligação Portugal À Frente, visando o aumento da confiança política dos cidadãos perante as suas estruturas, deve bater-se por esta revisão.

Sistema Político e Justiça

Para isto, existem vários âmbitos: a defesa de (1) voto preferencial; (2) dois círculos, uninominais e plurinominais; (3) *apparentment*, fomentando as coligações pré-eleitoral; (4) voto categórico; (5) moção de censura construtiva etc.

// Promover a Reforma Constitucional

A Constituição da República Portuguesa encontra-se em período de revisão ordinária (cf. art. 284.º/1 CRP), sendo que a sua iniciativa compete aos deputados (cf. art. 285.º/1 CRP), deve a Coligação estabelecer acordos para que este ideal se torne realidade. Em particular, basta um acordo parlamentar com o PS, dado que a maioria exigida é de apenas 2/3. Cabe-nos exercer a nossa influência e lutar por um país melhor.

// Avaliar, Melhorar e tornar mais Célere o Sistema Jurídico

É de enorme relevância que o sistema jurídico português se torne mais célere. Desta forma, é extremamente importante a criação de uma ferramenta de avaliação que permita analisar a duração dos processos jurídicos, a sua taxa de resolução e o número de processos pendentes, assim como os sistemas de comunicação e informação utilizados pelos tribunais, métodos alternativos de resolução de litígios, a formação dos juízes e a disponibilidade de recursos adequados, solucionando eventuais lacunas.

Epílogo

A Juventude Social Democrata Distrital de Castelo Branco apresentou, assim, um conjunto de propostas que pensa serem uma mais-valia para o país, no seu todo, seja a nível económico, financeiro, ambiental, social, cultural, político.

Importante será interligar as várias propostas, sendo que este será um processo gradual e não instantâneo, evitando assim destabilizações na estrutura portuguesa. Este documento é fruto de uma reflexão e análise cuidadosa do país, de um grupo de indivíduos responsáveis, atentos e preocupados, um grupo de indivíduos que pretende contribuir para um distrito melhor, mais próspero, menos envelhecido, com um crescente número de habitantes, no qual sejam criadas oportunidades de emprego para se manterem neste distrito. Mais que pensar no distrito, este conjunto de propostas pensa no país holisticamente. A Juventude Social Democrata continua bem viva, activa, atenta, seguindo um caminho independente e de respeito para com as diferentes opiniões, e solidária, pretendendo incessantemente a igualdade nas diferentes vertentes e combatendo a pobreza e a exclusão social.

Actualmente, o afastamento claro que os cidadãos têm da política é um problema com o qual os partidos políticos têm *obrigatoriamente* de lidar e tentar reverter. Não basta exigir aos cidadãos que participem mais interventivamente na vida política, é necessário que os partidos políticos não fiquem à espera que as mudanças surjam da população. São, sim, os partidos que têm de ir ao encontro das populações, que têm de se adaptar a novas realidades e a diferentes contextos.

Olhemos para o passado, analisando os erros cometidos para evitar que sejam repetidos.

Apostemos no que de bom o país tem e defendamos com toda a força o que é nosso.